

POLÍTICA E GOVERNO

COLUNA DO CASTELLO ■ MARCELO PONTES

FHC

Como agir sem saltar do palanque

O que há de mais saudável no pronunciamento, na entrevista coletiva e no primeiro conjunto de emendas constitucionais do presidente Fernando Henrique Cardoso é que ele continua em cima do palanque eleitoral. Criou-se no Brasil a imagem de que o governante faz demagogia se no início de sua gestão continua com o mesmo discurso da campanha eleitoral. O que é grave é a farsa, é a mudança do discurso na hora de passar à ação.

No final da campanha presidencial de 1989, Fernando Collor de Mello acusou Luiz Inácio Lula da Silva de ter como plano imediato de governo o confisco da poupança da população. Ao assumir o governo, foi Collor quem meteu a mão no bolso dos poupadores. A continuação do governo comprovou quem era o farsante.

O mínimo que se pode dizer, por enquanto, de Fernando Henrique é que está sendo coerente. E coerência é um produto escasso no mercado político. Como ele disse antes da entrevista coletiva, nunca escondeu durante a campanha eleitoral qual era o seu pensamento político. Esta frase, pinçada do pronunciamento de ontem, é uma prova de como ele continua em cima do palanque: "Eu ganhei as eleições dizendo o que penso e o que iria fazer. Estou apenas dando continuidade àquilo que me foi delegado pelo povo brasileiro, ao votar em mim. Votou sabendo que nós vamos fazer mudanças, votou porque quer as mudanças, e votou porque está confiante de que essas mudanças são para melhorar o Brasil", disse o presidente. A diferença é que, agora, ele não está no palanque apenas com o discurso da campanha. Está formulando, propondo a execução das suas idéias. Oferece objetivamente as suas propostas ao Congresso Nacional, exatamente de acordo com o que pregou na campanha.

Pode-se reparar, para a confirmação do palanque, que o erudito Fernando Henrique Cardoso incorporou definitivamente ao seu estilo, principalmente quando se expõe em cadeia nacional de rádio e televisão, o linguajar simples, acessível à imensa maioria de iletrados do Brasil.

É claro que a certa altura deixou escapar na entrevista a palavra *nefelibático*. Mas foi na hora em que explicava o que vem chamando de *nhenh-nhem* — a mania de pregar no governo o rótulo de neoliberal, por ter como aliado o PFL e também por ter cultivado há algum tempo, como inspiração, a experiência agora fracassada do México. Nem o PFL nem o México são neoliberais, segundo o presidente. O PFL se diz social-liberal, um rótulo que Fernando Collor queria para si, e no México a presença avassaladora do Estado na economia desmente que seja merecedor do carimbo de liberdade total para as forças do mercado.

E tanto apreço tem o presidente pelo palanque que se irritou com a pergunta sobre como viveria, se fosse um simples cidadão, com o salário mínimo de R\$ 70. Ele sabe, por pesquisas, como repercutiu na imensa população de baixa renda a sua decisão de vetar o aumento do salário mínimo para R\$ 100, aprovado pelo Congresso. Ele acha duas coisas sobre o mínimo: primeiro, o que todo mundo acha, que é um salário miserável mesmo; segundo, o que nem todos acham, que é demagogia apenas defender o aumento do salário mínimo sem observar as suas implicações nas contas da Previdência Social.

Para quem não se lembra, na campanha eleitoral Fernando Henrique dizia que não teria medo nem vergonha de negar um aumento ao salário que não pudesse ser pago mais adiante. A sua propaganda eleitoral na televisão prometia para depois de quatro anos de governo um salário mínimo de R\$ 140 — que é hoje o salário do país mais pobre do Mercosul, o Paraguai. Mas, recentemente, com a perspectiva de reforma da Previdência; o presidente admitiu poder chegar aos R\$ 140 muito em breve.

O conteúdo das primeiras reformas sugeridas confirma tanto o palanque quanto a coerência. O avanço maior é na palavra que Nelson Jobim inventou para driblar o corporativismo; as resistências do PMDB e as idiosincrasias do presidente Itamar Franco — a flexibilização dos monopólios estatais. Fernando Henrique disse que foi aos limites da flexibilização. Tradução: quebrou os monopólios. Mas também ele nunca jurou que não iria quebrar.

Uma boa novidade anunciada apenas de raspão pelo presidente foi a de que, na continuação das reformas, um processo que segundo ele durará todo o seu governo, vai propor também a reforma do Judiciário.